

O INSTITUTO MIRA-SERRA, já qualificada nos autos da ação civil pública em epígrafe que move em face do INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO e da FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa, dizer e requerer o que segue:

**1 - Referente ao evento 221**

Em 21/11/2022 foi realizada audiência de instrução com a oitiva de testemunhas e informantes (ev 211). Nessa ocasião, V. Exa. determinou a intimação do ICMBio para apresentar informações sobre a internalização, pela Autarquia, do conhecimento científico produzido - em especial pela pesquisa desenvolvida sob orientação da Dra. Betina Blochtein - acerca das melíponas endêmicas e raras presentes no Parque Nacional de Aparados da Serra, inclusive no tocante à especial proteção material e 'in loco' dessas espécies.

Os documentos juntados pelo ICMBio no ev 221 não atenderam à determinação judicial!

A “Informação Técnica” juntada no ev221 OUT9 reproduz trechos da publicação o artigo da Dra. Betina e não mostram quais as informações que o ICMBio possuía sobre as abelhas endêmicas, desde as pesquisas e a publicação do artigo. A determinação judicial era para a Autarquia trazer informações sobre a internalização do conhecimento científico produzido há anos sobre as abelhas endêmicas. Não fez.

E, pior, a situação é grave! Tomaram conhecimento com a propositura desta ACP e com a determinação judicial, pois ao final da Informação Técnica, que reproduziu trechos do estudo, a conclusão do item 4 é: “a fim de atender à demanda para que sejam internalizadas no ICMBio as informações técnicas a respeito da presença da espécie de abelha endêmica *Monoeca xanthopyga* no território dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral (PNAS-PNSG), as quais **deverão** ser observadas nas ações de gestão destas UCs federais, a presente Informação Técnica e o artigo científico “*Bionomia de Monoeca xanthopyga* Harter-Marques, Cunha & Moure (Hymenoptera, Apidae, Tapinotaspidini) no Planalto das Araucárias, Rio Grande do Sul, Brasil” **deverão** ser encaminhados para a Chefe e os Analistas Ambientais lotados no NGI Aparados da Serra Geral/ICMBio, para a Gerência

*Regional Sul - GR-5/ICMBio/SC e para os integrantes da Equipe de Planejamento da Revisão do Plano de Manejo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral.*

O depoimento da testemunha indicada pelo ICMBio, Sr. Deonir Geolvane Zimmermann, já havia sinalizado essa situação, de total desconhecimento sobre as informações do estudo e consequentemente, falta de proteção e preservação da espécie.

Flagrante a omissão do órgão ambiental deve responder solidariamente pelo dano ambiental (pedido “e” da inicial), pois tinha o dever de proteger e preservar a espécie, não faz e ainda autoriza que empresas destruam a biodiversidade, ao emitir autorizações para utilização de veículos automotivos no local.

**Essa situação torna necessária a reanálise dos pedidos do ev149, sobre a realização dos estudos de impacto e geológico solicitados (PEDIDO “e” DA INICIAL)**

## **2 - Referente ao evento 210**

Inicialmente, há de ser observado que a questão sobre o uso de veículos (exceto os de uso específicos pelo PARNAS) sequer integra o material para a discussão das reuniões prévias às oficinas de revisão do plano de manejo PNAS-PNSG. Além disso, os setores não possuem paridade.



The poster features a green background with a leaf pattern. At the top center is the ICMBio logo. Below it, a black box contains the title 'Revisão do Plano de Manejo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral' and 'DATAS DAS REUNIÕES SETORIAIS'. The main content is organized into three sections: JANEIRO/2023, FEVEREIRO/2023, and MARÇO/2023, each listing specific dates, times, formats (PRESENCIAL or VIRTUAL), and participant groups.

Revisão do Plano de Manejo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral	
DATAS DAS REUNIÕES SETORIAIS	
<b>JANEIRO/2023</b>	
19/01 (QUI) - 19h	PRESENCIAL - Condutores de Cambará do Sul/RS
21/01 (SÁB) - 14h	PRESENCIAL - Canionistas e Vão Livre
23/01 (SEG) - 19h	PRESENCIAL - Agências de Cambará do Sul/RS
26/01 (QUI) - 19h	PRESENCIAL - Agências e Condutores de Jacinto Machado/SC
28/01 (SÁB) - 14h	PRESENCIAL - Montanhistas e Associação Caminho das Araucárias
<b>FEVEREIRO/2023</b>	
02/02 (QUI) - 9h	PRESENCIAL - ÓRGÃOS PÚBLICOS
07/02 (TER) - 19h	VIRTUAL - PESQUISA
14/02 (TER) - 19h	VIRTUAL - ONGs
16/02 (QUI) - 19h	PRESENCIAL - Agências e Condutores de Praia Grande/SC e Mampituba/RS
<b>MARÇO/2023</b>	
02/03 (QUI) - 9h	VIRTUAL - UC's DA REGIÃO

Importante esse apontamento inicial para lembrar que foi realizada audiência em 09/03/2020 (ev 63) a qual houve a concordância do ICMBio para informar sobre a possibilidade de construir, em conjunto com o Conselho Consultivo do Parque Nacional do Aparados da Serra, um planejamento específico de uso público do referido Parque, envolvendo veículos automotivos, mas não trouxe aos autos e foi marcada nova audiência.

E, na audiência realizada em 21/11/2022 (ev210) o ICMBio disse não haver possibilidade de acordo e informou que o Plano de Manejo se encontra em fase de revisão, conforme cronograma juntado nos autos (ev 210).

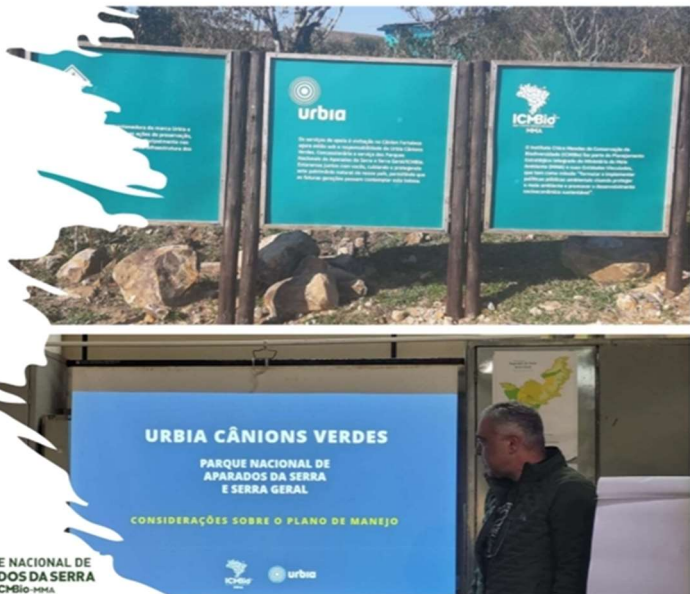
Fica evidente que o ICMBIO quer relegar as questões sobre a utilização dos veículos automotores para o âmbito extrajudicial, nas reuniões sobre a revisão do plano de manejo, justamente porque não serão tratadas! Como dito, essa questão não integra o material utilizado (juntado no ev 210), utilizado para discussão nas reuniões setoriais prévias às oficinas de revisão do plano de manejo. A questão de utilização dos veículos, objeto desta ACP (PEDIDO “d” da INICIAL) não está contemplada na revisão. A falta de paridade dos setores é um dos motivos que afasta do extrajudicial.

#### Outras considerações sobre os documentos juntados no ev 210:

É conspícuo o viés arrecadatório, em detrimento da educação ambiental e do lazer de contato com a natureza (ev 210 PROCADM3):

## Reunião com a Concessionária de Uso Público - URBIA Cânions Verdes

No dia 3 de agosto, às 14 horas, demos um intervalo na oficina interna que estávamos fazendo, para nos reunir com representantes da URBIA Cânions Verdes, que é a concessionária de Uso Público dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral, a partir do contrato 01/2021 (DOC SEI nº 9415044), e que começou a operar nas Unidades em Outubro de 2021. Estava na agenda conversarmos com a empresa para buscar sua contribuição sobre os aspectos de visitação do Parque a partir desse quase um ano de operação e dos desafios da sustentabilidade econômica do contrato.



PARQUE NACIONAL DE APARADOS DA SERRA  
ICMBIO-MMA

Relatório \_reconhecimento de campo (12197418) SEI 02070.008930/2022-27 / pg. 34

A explanação da concessionária, concentrou-se em quatro principais aspectos:

1ª - **Dificuldade de interpretação das normas do plano de manejo**, onde muitas vezes o documento traz normas diferentes para um mesmo local e/ou o arquivo georreferenciado do zoneamento da UC “não conversa” com o estabelecido no documento;

2ª - O zoneamento dos Parques **traz áreas muito restritas de Uso Intensivo – ZUI** (onde é possível interferir mais no território com vistas a instalar as estruturas de visitação).

Segundo o entendimento da URBIA, com a área atual da ZUI o contrato de concessão não é sustentável economicamente. Atualmente, cerca de 1,44% das áreas dos Parques compõem essa categoria de Zona;

3ª - A **indefinição da situação fundiária de algumas áreas** importantes para o desenvolvimento da visitação no Parque;

4ª - Apresentação das **expectativas da concessionária** de desenvolvimento de atividades em alguns pontos específicos do parque.

#### DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA UTILIZADOS

Plano de Manejo Alterado (2019)  
KMZs provenientes do ICMBio



#### NÚCLEOS PRIORITÁRIOS



Núcleo Itaimbezinho

Núcleo Fortaleza

Núcleo Rio do Boi

Núcleo Malacara



## OUTRAS INTERVENÇÕES



### NÚCLEO FORTALEZA

- |                                |   |                             |
|--------------------------------|---|-----------------------------|
| 1. PIC FORTALEZA - BORDA NORTE | → | Zona de Recuperação (KMZ)   |
| 2. HOSPEDAGEM - BORDA NORTE    | → | Zona de Recuperação (KMZ)   |
| 3. ATRATIVOS DE AVENTURA       | → | Zona de Uso Extensivo (KMZ) |

### NÚCLEO ITAIMBEZINHO

- |                          |   |                                     |
|--------------------------|---|-------------------------------------|
| 1. HOSPEDAGEM            | → | Zona Primitiva (KMZ)                |
| 2. ARVORISMO / RAPEL     | → | Zonas de Uso Especial / Primitiva / |
| 3. ESTRADA LAVA-PRATOS   | → | Uso Extensivo (KMZ)                 |
| 4. ATRATIVOS DE AVENTURA | → | Zona Primitiva (KMZ)                |

### NÚCLEO MALACARA

### JAZIDAS DE CASCALHO

Esse slide da apresentação da URBIA mostra as intervenções propostas pela concessionária e a categoria de zona que cada uma das propostas está enquadrada.

Com relação ao núcleo Malacara, não há proposta ainda em função do processo de regularização da área não estar concluído.

A concessionária também manifestou interesse de buscar cascalho no interior das Unidades para manutenção das estradas.

Atenção ao fato do Núcleo Malacara não constar na Cláusula 5.2. Do objeto da concessão:

*A CONCESSÃO abrangerá todas as áreas regularizadas dos PARQUES, conforme disciplinado pelo ANEXO I — PROJETO BÁSICO deste EDITAL, incluindo os **Núcleos Itaimbezinho e Rio do***



**Boi** (Parque Nacional de Aparados da Serra), e **Núcleo Fortaleza** (Parque Nacional de Serra Geral), observadas as disposições do Plano de Manejo vigente

Quanto às jazidas de cascalho, o Roteiro Metodológico, igualmente com data de publicação anterior a do edital de concessão, é taxativo em sua proibição.

*Estradas e Rodovias:*

**44. Não é permitida a abertura de cascalheiras e outras áreas de empréstimo na UC, sendo que a recuperação das estradas em seu interior deverá adotar materiais provenientes de fora dos seus limites.**

*Normas consideradas desnecessárias pela COMAN:*

**VI. Não podem ser apropriados, explorados ou alterados no interior da UC minerais de qualquer natureza, como areia, argila, cascalhos, pedras, carvão e outros considerados preciosos ou semipreciosos, com exceção daqueles julgados importantes para a pesquisa, conforme legislação vigente, à exceção dos casos previstos em TC.**

### LOCALIZAÇÃO DOS ATRATIVOS

**FORTALEZA**



1 - Ponto de Venda Ingresso  
2 - Venda de Fotos / Vídeos

### ATRATIVOS

Período:  
Atividade de aventura  
Mônitos na borda  
Núcleos Triângulo

Eventos:  
• Eventos esportivos  
• Festivais musicais  
• Festivais gastronômicos  
• Campeonatos

### LOCALIZAÇÃO DOS ATRATIVOS

**ITAIMBEZINHO - REGIÃO DO COTOVELO**



1 - Ponto de Venda Ingresso  
2 - Venda de Fotos / Vídeos

### QUAIS ATRATIVOS

**ATRATIVOS ITAIMBEZINHO & FORTALEZA**

Sky Bike	Balanço	Pêndulo	Arvorlump	Tirolesa
				

Algumas atividades propostas pela concessionária, que para a sua efetivação serão necessários ajustes/alterações no zoneamento das Unidades.

Relatório \_reconhecimento de campo (12197418) SEI 02070.008930/2022-27 / pg. 37

Cuida-se que o Plano de Manejo é anterior à assinatura do contrato nº 01/2021 (Concorrência nº 01/2020 – Processo 02070.007614/2019-32) que objetiva a concessão de prestação de serviço de apoio à visitação dos ParNas Aparados da Serra Geral e, portanto, deveria ser do conhecimento da URBIA.

Há fortes indicativos de que a revisão do Plano de Manejo leve em consideração os desejos da concessionária, ao invés dos objetivos desse Parque Nacional – e, inclusive, à revelia de documento mais recente: o Roteiro Metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo de unidades de conservação federais (2018)<sup>1</sup>.

Para os planos de manejo elaborados com os métodos anteriores, a revisão geral também deverá ser realizada somente quando o plano de manejo for considerado implementado, quando for considerado significativamente defasado e inadequado para orientar a gestão, ou quando ocorrerem mudanças relevantes do contexto da UC, como a alteração de limites ou a mudança de categoria da UC. Nestes casos, o plano será reorganizado para atender ao padrão estabelecido por este Roteiro e deverá ser utilizado como subsídio para a definição dos componentes fundamentais e dinâmicos do novo plano de manejo, devendo ainda ser avaliada a necessidade de alterações do zoneamento e normas.

O resultado da monitoria dos programas de manejo, com a avaliação das ações que continuem necessárias à UC, deverá ser utilizado na construção dos planos específicos com temática relacionada. O diagnóstico do plano de manejo elaborado com métodos anteriores deverá ser utilizado como subsídio para elaboração do guia do participante e da breve descrição da UC, além de ser mantido como fonte bibliográfica, assim como demais publicações científicas e relatórios técnicos.

Roteiro Metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo de unidades de conservação federais, pág. 158

---

<sup>1</sup> ICMBio, 2018. Roteiro metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais / Organizadores: Ana Rafaela D'Amico, Erica de Oliveira Coutinho e Luiz Felipe Pimenta de Moraes. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. ICMBio: Brasília, DF. 208 p.il. ISBN 978-65-5024-002-8

de monitoria sejam identificados componentes do plano de manejo que estejam dificultando ou impossibilitando a implementação do plano ou a gestão da UC.

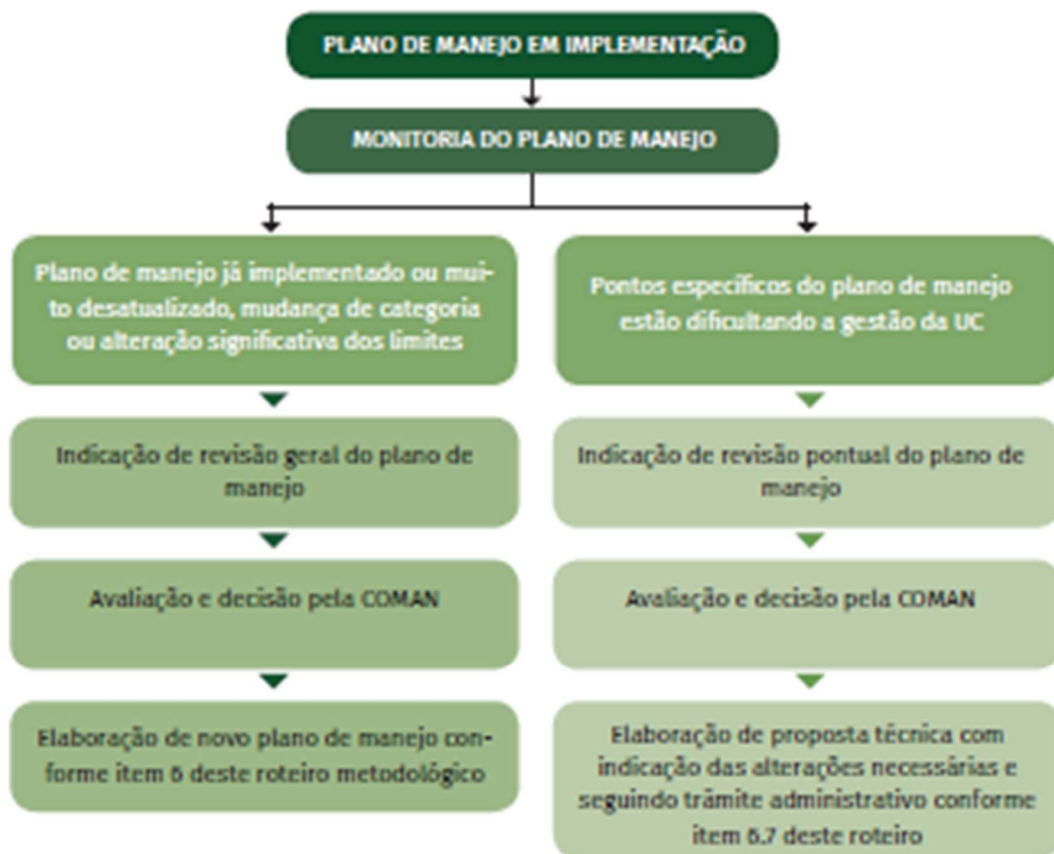
Para os planos de manejo elaborados conforme este Roteiro, a revisão pontual também pode ser realizada a partir de indicações dos planos específicos que tenham identificado necessidades de alterações no plano de manejo ou quando a UC identificar a necessidade de um planejamento específico não previsto.

A proposta de revisão pontual deverá ser apresentada pela UC conjuntamente com o setor do

ICMBio responsável pela temática da revisão solicitada, e na ausência de um setor específico, pela coordenação regional vinculada.

Conforme fluxograma apresentado na **FIGURA 10**, nos casos em que a COMAN decidir pela revisão geral do plano de manejo, o processo deverá seguir as orientações estabelecidas no item 6 deste roteiro metodológico. Quando a decisão for pela revisão pontual, deverá ser elaborada uma proposta técnica com indicação das alterações necessárias, e, após aprovação técnica da COMAN, a versão consolidada do plano de manejo revisado.

**FIGURA 10. FLUXOGRAMA DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE REVISÃO DOS PLANOS DE MANEJO**



Conforme o Projeto Básico, a receita é composta de ingressos, estacionamento, alimentação e hospedagem. São, também, previstas as receitas acessórias, que compreendem as atividades não



obrigatórias - **limitadas pelo zoneamento da Unidade de Conservação**. Disto decorre o impedimento para a instalação de edificação de hospedagens que, aliás, prejudicaria a geração de emprego e renda desse tipo de serviço que se consolida no entorno dos ParNas.

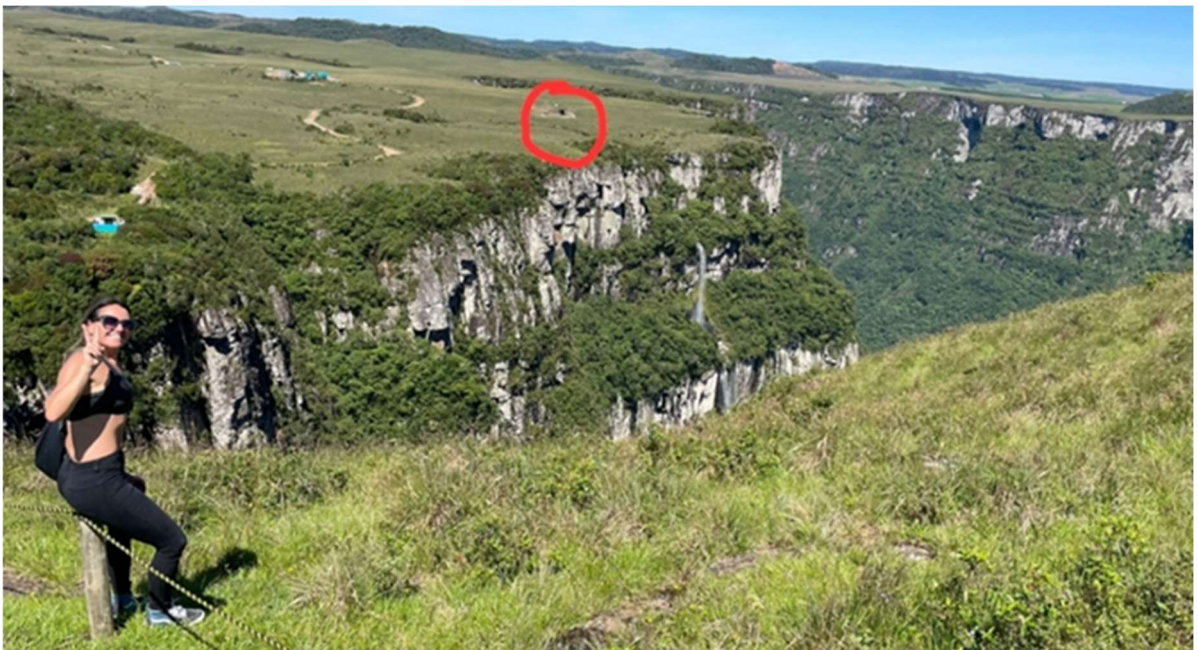
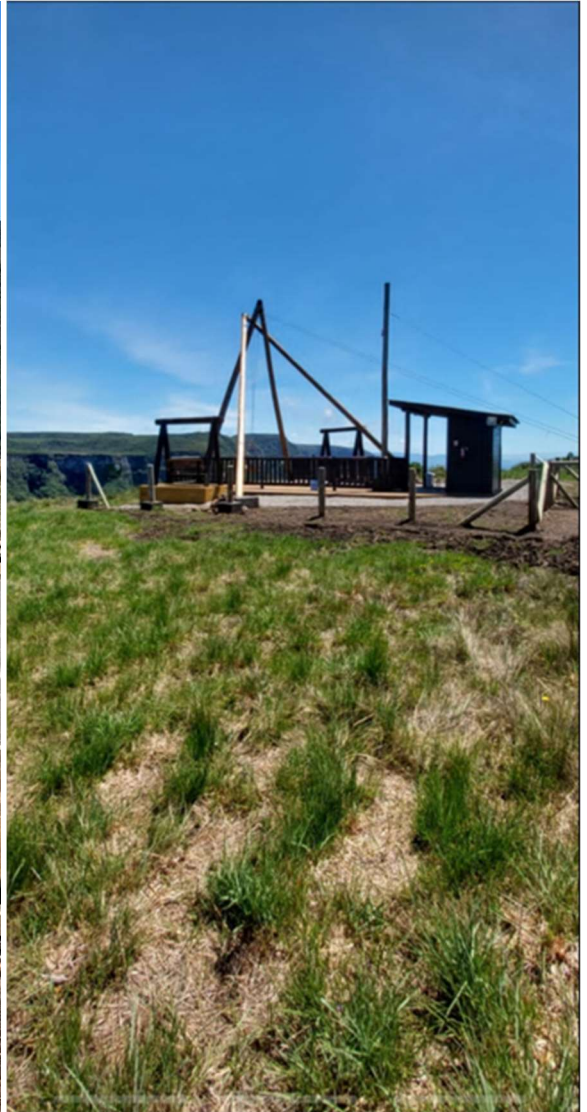
Não seria surpresa saber que o balanço contábil está desfavorável à empresa, eis que os sinais são perturbadores quando cientes da biodiversidade ali existente. A concessionária segue realizando intervenções SEM CONHECIMENTO DO CONSELHO CONSULTIVO, desconsiderando a fauna silvestre:

- 1) Equipamentos para uso público (Tirolesa e Pêndulo Infinito) foram implementados em plena estação reprodutiva, e ao que se pressupõe, sem monitoramento prévio do impacto sobre a avifauna – que já apontado por nós, inclui espécies migratórias. Foram, também, construídas bases para Balões - embora proibido o seu uso sobre os ParNas.

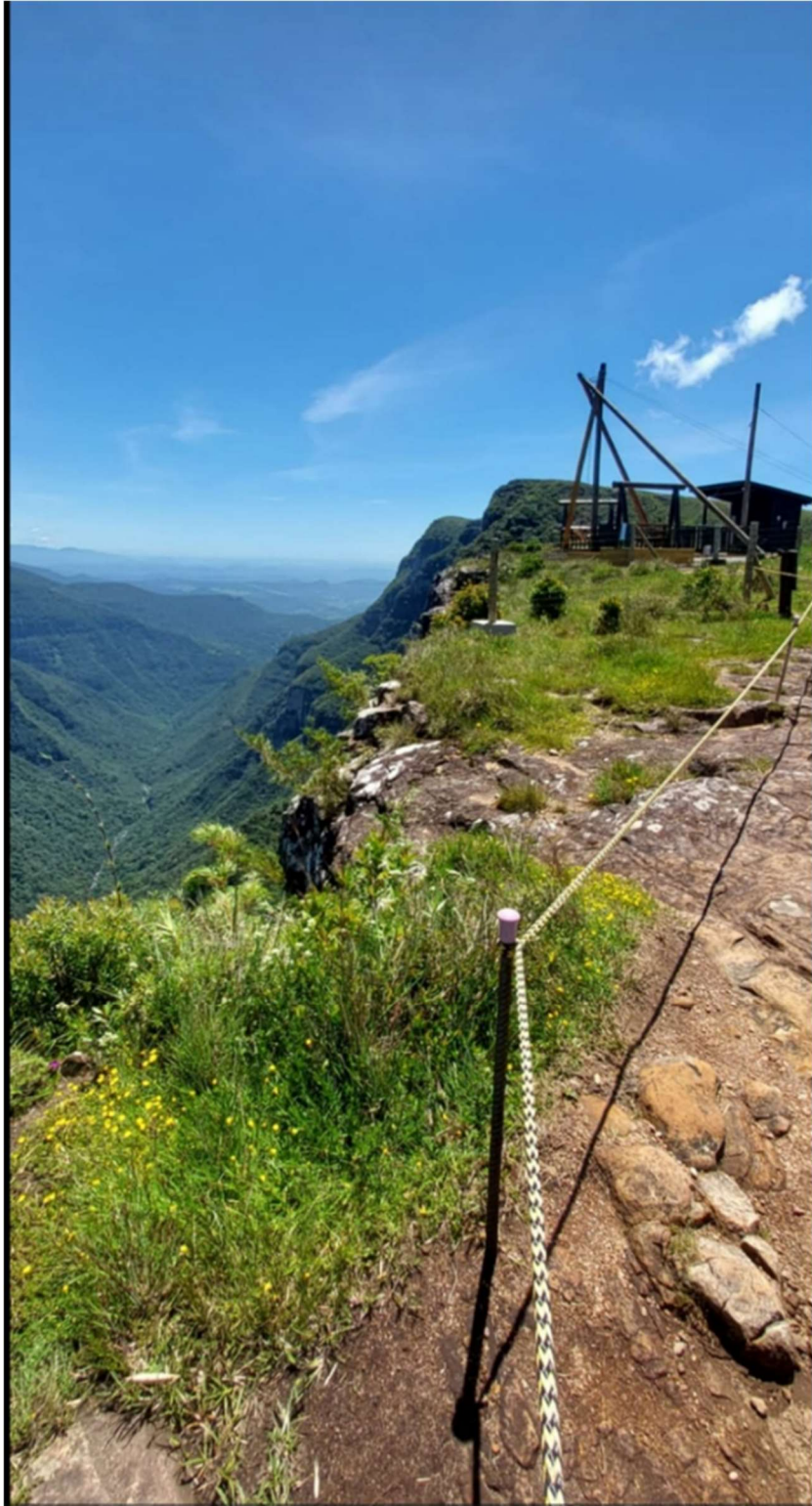


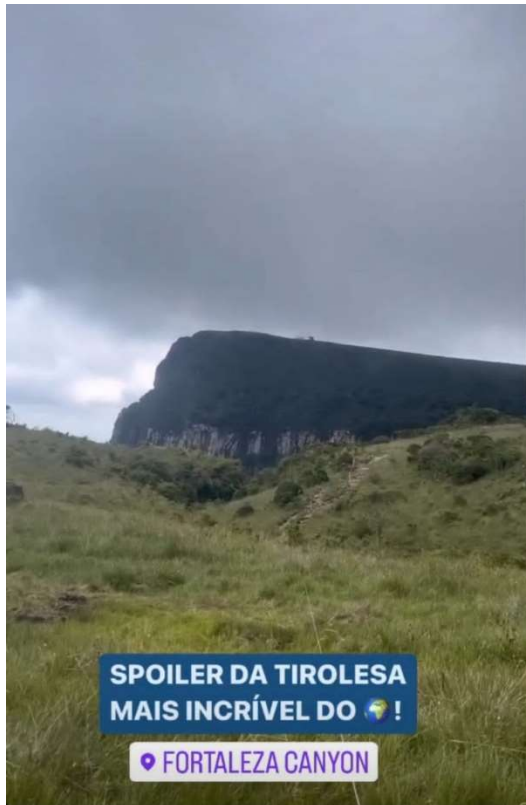
Algumas das “bases” para Balões















Na cláusula 13ª dos direitos da concessionária, tem-se na alínea f:

*“explorar receitas acessórias, assim entendidas aquelas receitas provenientes de atividades econômicas relacionadas tangencialmente ao objeto do CONTRATO, diversas das atividades*



*principais previstas neste CONTRATO, que podem facultativamente ser exploradas pela CONCESSIONARIA”*

O “balanço infinito” e a “tiroleza”, na borda do Canyon Fortaleza (que não são receitas obrigatórias) não poderiam ser consideradas estruturas de baixo impacto (art. 3º da Lei Federal 12.651/Código Florestal):

*X - atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental:*

*c) implantação de trilhas para o desenvolvimento do ecoturismo;*

Além disso, o artigo 4º do Código Florestal define como Áreas de Preservação Permanente as “bordas dos tabuleiros ou chapadas, até a linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais”.

2) A concessionária tem realizado (e divulgado em mídia social) intervenções impactantes na **Trilha do Rio do Boi**, produzindo um desserviço à educação ambiental, danos ao patrimônio natural/histórico e, pior, ensejando uma “corrida às pedras preciosas” – que aliada à exploração de cascalho pretendida pela Urbia, demonstra a diferença abissal entre sua experiência no Ibirapuera (SP) e a dos ParNas. Se não há cuidado no trato de bens minerais e culturais, o que esperar quanto à proteção à nossa Abelha Sem Ferrão endêmica?





Capturas de tela da filmagem veiculada em redes sociais





Salve galera recuperei a panela de ferro da trilha do rio do boi ficava na escolinha o pessoal da

Manutenção da URBIA na trilha do rio do boi destruindo o patrimônio histórico e cultural da trilha do rio do boi. Ainda bem que temos condutores que se preocupam com essas "coisas". Cada vez mais essa concessionária se mostra contra nossos objetivos



Eliminação dos Pinus e das Uva-japao que é urgente, eles não fazem...

10:09

Gostaria de ajuda dos colegas do conselho, para instruções de como devemos agir para impedir a destruição dessa trilha que cuidamos com tanto carinho, por tanto tempo

10:10

- 3) Embora o *birdwatching* pareça ser a única novidade com real aderência aos objetivos de um Parque Nacional, é possível prever problemas advindos da interferência negativa (citada nos itens anteriores) na ocorrência/manutenção da biodiversidade da avifauna, em médio e longo prazos.

**VENHA PARTICIPAR DO EVENTO GRATUITO E ABERTO A TODOS OS PÚBLICOS**

**EVENTO GRATUITO E ABERTO A TODOS OS PÚBLICOS**

Escolha o dia, o horário e venha passar um dia espectacular envolvido com a Observação de Aves. Promovido pela Urbia Cândia Verde, com a participação do Clube de Observadores de Aves de Porto Alegre (COA-PA).

**PROGRAMAÇÃO:**

Data / nº Vagas	Horário	Programação
10/02/2023 20 vagas	08:00h às 09:00h	Núcleo Haimbebach - Passarinhada na Trilha do Haimbebach, com oficina sobre observação de aves conduzida por integrantes do Núcleo Cândia Verde e Augusto Pereira (COA-PA).
	09:00h às 10:00h	Coffee Break
	10:00h às 10:30h	Palestra sobre a Observação de Aves no Brasil por Andréia Góes de Brum (COA-PA).
	10:30h às 18:00h	Programação livre e sob definição pelos organizadores, seguindo os interesses do grupo. Visita ao parque.
10/02/2023 20 vagas	08:00h às 09:00h	Núcleo Rio do Sul - Passarinhada na Trilha do Rio do Sul - do Rio do Sul até a Trilha de escape, guiada por Eduardo Oliveira (COA-PA) acompanhado pelo Mitoço Biondini e a fotógrafa Joana Caramelo (COA).
	09:00h às 10:00h	Coffee Break
	10:00h às 10:30h	Palestra sobre Birdwatching no Parque Nacional Aparados da Serra e Serra Geral, pela Bióloga Tereza L. Silva (Clube de Observação de Aves - COA-PA).
	10:30h às 18:00h	Programação livre e sob definição pelos organizadores, seguindo os interesses do grupo. Visita ao parque.
08/03/2023 20 vagas	08:00h às 09:00h	Núcleo Rio do Sul - Passarinhada na Trilha do Rio do Sul, conduzida por Roberto Biondini (COA-PA), acompanhado por Rodrigo Biondini e a fotógrafa Joana Caramelo (COA).
	09:00h às 10:00h	Coffee Break
	10:00h às 10:30h	Palestra sobre Birdwatching e benefícios, por Roberto Biondini (COA-PA).
	10:30h às 18:00h	Programação livre e sob definição pelos organizadores, seguindo os interesses do grupo. Visita ao parque.

**Informações Gerais para inscrição e condições para participação:**

Pode-se inscrever qualquer pessoa, com interesse na observação de aves. Crie-se um perfil no aplicativo iNaturalist. Para inscrever-se, em qualquer uma das atividades ou em todas elas, favor enviar e-mail para [contato@aparados.org](mailto:contato@aparados.org). No e-mail informar: Data da atividade que quer participar, nome completo, número de identidade e telefone. Uma pessoa poderá solicitar a inscrição de mais de um participante, informando no e-mail, os dados de todos os participantes que está inscrevendo e quais os dias do evento que deseja participar. As inscrições estarão abertas até 10 dias antes da data de cada evento, em horários de vagas para abertura lista de espera. Seguindo a seguinte ordem:

**Núcleo Haimbebach - até 01/02/2023**  
**Núcleo Rio do Sul - até 01/02/2023**  
**Núcleo Rio do Sul - até 01/02/2023**

As pessoas inscritas serão beneficiadas da taxa de ingresso no parque (R\$ 16,00) para todos os dias do evento. Ao despesar, com locomoção até o Parque Nacional Aparados da Serra, sendo de responsabilidade de cada participante. Sugestões e sugestões de transporte de carter e de ônibus das decisões com continuidade entre os participantes. A hospedagem para uma noite antes do evento (seja "Pela") será em uma pousada pertencente ao Núcleo Cândia Verde. Confira a localização e veja foto das acomodações <https://www.pousadacandaverde.com/>. O valor do evento, sem taxa de entrada (que equivale a taxa de ingresso do COA) de R\$ 100,00 por pessoa. A reserva será de responsabilidade de cada participante. Proibido consumir bebidas alcoólicas, com o consumo de álcool. Será formado um grupo de WhatsApp para cada dia do evento e avisado com antecedência para combinar as câmeras. Estarão disponíveis 20 vagas para cada dia do evento, sendo indicadas no quadro acima. Use roupas e calçados adequados para percorrer trilhas e longas caminhadas. Traga protetor solar e água para tomar durante as atividades de observação de aves. Envie de qualquer celular (Núcleo Haimbebach) ou (Núcleo Rio do Sul) para o WhatsApp: <https://www.pousadacandaverde.com/> ou para Andréia Brum (COA-PA) no 99 99999999. Se entre já sua vaga e aproveite para vir passar um dia espectacular envolvido com a observação de aves no Parque Nacional Aparados da Serra.

Esperamos Vocês! Bom Evento!

- 4) Apesar do alertado pelo Instituto MIRA-SERRA, em reunião entre Conselho dos ParNas Aparados da Serra Geral e Urbia, **segue a inconsistência formativa e informativa nas placas, ou a inexistência delas – no caso dos locais com ocorrência de *Monoeca xanthopyga*** (abelha solitária, em estado de ameaça de extinção).



Exemplo de placa cuja informação rasa (nomes popular e científico) não acrescenta muito ao visitante. Constasse um alerta para sua propriedade urticante, certamente, não só qualificaria a observação, como evitaria o toque inadvertido e consequente ardência nas mãos.



Cumpra-se a Lei Federal nº 9.985/2000 que, para os fins previstos nesta, traz em seu art. 2º:

*I - unidade de conservação:* espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, **com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção**;

*II - conservação da natureza:* o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral;

*V - preservação:* conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais;

*VI - proteção integral:* **manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais**;

*IX - uso indireto:* **aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais**;

Art. 7º As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas:

I - Unidades de Proteção Integral;

§ 1º **O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais**, com exceção dos casos previstos nesta Lei.

Segue a citada Lei, embasando a relevância das preocupações apresentadas pelo Instituto MIRA-SERRA até então:

Art. 11. O Parque Nacional tem como **objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.**

§ 1º O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

§ 3º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

Art. 38. **A ação ou omissão das pessoas físicas ou jurídicas** que importem inobservância aos preceitos desta Lei e a seus regulamentos ou resultem em dano à flora, à fauna e aos demais atributos naturais das unidades de conservação, bem como às suas instalações e às zonas de amortecimento e corredores ecológicos, sujeitam os infratores às sanções previstas em lei.

Extraí-se, ainda, do “Roteiro Metodológico para elaboração e revisão de Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais”, em seu Anexo 2, pág. 169:

***Normas Gerais das Unidades de Conservação (Versão: novembro de 2018)***

*O presente documento apresenta compilação das principais normas gerais constantes nos planos de manejo das UCs, as quais foram discutidas e acordadas entre a equipe da Coordenação de Elaboração e Revisão do Plano de Manejo (COMAN). **Estas normas devem ser utilizadas como sugestão e base para discussão nos planos de manejo em elaboração.***

*A COMAN fará revisões e atualizações das normas aqui sugeridas, as quais serão disponibilizadas aos supervisores dos planos de manejo. Quando não foi possível definir um padrão para a norma, foram propostas recomendações de como a norma deve ser elaborada de acordo com a categoria e o contexto da UCs. Observações quanto a exceções e necessidade de avaliação caso a caso também foram registradas.*

Ao fim e ao cabo, tudo parece conspirar para que o PLANTUC 2017 seja utilizado como referência, **ao arrepio do Plano de Manejo**, de modo a facilitar “interpretações” do Projeto Básico. **Não fosse assim, as abelhas nativas sem ferrão e o uso de veículos automotores** (à exceção dos necessários

ao serviço), **teriam tido destaque em todas as etapas da revisão do Plano de Manejo – vez que tratativas judiciais não faltaram.**

**Isso posto, manifesta-se sobre os documentos juntados pelo ICMBio nos eventos 210 e 221, impugnam-se, conforme apontamentos acima.** Em síntese, não houve o atendimento da determinação judicial diante da falta de informações sobre a internalização do conhecimento científico produzido e sobre a preservação das abelhas endêmicas; mostrando apenas um indicativo para serem observadas as orientações, a partir da intimação judicial (ev221), o que torna necessária a reanálise dos pedidos do ev149, sobre a realização dos estudos de impacto e geológico solicitados em face do interesse coletivo e difuso (pedido “e” da inicial) para fins de verificação da extensão do dano e responsabilidade solidária dos demandados; também que não está contemplado na revisão do plano de manejo, nem em suas setoriais, a questão objeto da ação, que envolvem/regulam a utilização de veículos automotores (ev 210), permanecendo o Conselho sem exercer as suas atribuições, requerendo-se a intervenção judicial.

Termos em que pede prosseguimento.

Porto Alegre, 14 de fevereiro de 2023.

Cláudia Guichard – OAB/RS 47.670